

Endividamento Familiar no Brasil

Alexandra Rayssa

Matheus Maia



Blog do AFTM. Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-endividamento-das-familias/>. Acesso em: 20 set. 2021.

Tragédia. Fome. Endividamento. Palavras fortes que retratam a péssima gestão do presidente Jair Bolsonaro frente à economia brasileira nesses quase três anos de seu governo, período no qual diversos dados macroeconômicos apresentaram considerável deterioração, seja no aumento desenfreado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial da inflação no Brasil, ou no decréscimo no Produto Interno Bruto (PIB), que no segundo trimestre de 2021 retraiu 0,1%, em comparação com o trimestre imediatamente anterior⁸⁶. Nesse contexto, um dos efeitos gerados pela fragilização da economia brasileira no governo Bolsonaro foi o aumento de uma das mazelas que perduraram na realidade brasileira na última década: o endividamento familiar.

⁸⁶IBGE. PIB fica em -0,1% no 2º trimestre de 2021. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31494-pib-fica-em-0-1-no-2-trimestre-de-2021>. Acesso em: 02 ago. 2021.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no mês de agosto de 2021 o total de famílias endividadas no Brasil chegou a 72,9%, o maior patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2010, sendo que 10,7% dessas famílias não terão condições de pagar suas dívidas, causando um aumento expressivo na Inadimplência⁸⁷. Diversos fatores podem explicar o crescente endividamento familiar, sendo eles, principalmente, o aumento da inflação e as precariedades presentes no mercado de trabalho.

A priori, é essencial observar que o principal grupo que sofre com o endividamento familiar são os mais pobres. Segundo a análise do relatório especial da CNC, intitulado “Um retrato recente do endividamento dos consumidores: o que ele expõe?”, um dos fatores responsáveis por deixar as contas das famílias brasileiras dessa faixa de renda “no vermelho” foi a elevação da inflação⁸⁸. Assim, apesar do atual Ministro da Economia minimizar seus efeitos, ao afirmar que uma inflação entre 7% e 8% estaria “dentro das regras do jogo”,⁸⁹ é evidente o contraste da fala com a realidade vivida por uma considerável

⁸⁷CNC. Um retrato recente do endividamento dos consumidores: o que ele expõe? 2021. Disponível em: https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/08/Analise-Peic-Agosto-de-2021_especial.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

⁸⁸Idem. ibidem.

⁸⁹Raphael Martins. G1. Inflação está 'dentro do jogo', como disse Guedes? Entenda por que a escalada de preços preocupa. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/25/inflacao-esta-ou-nao-dentro-do-jogo-como-disse-guedes-entenda-por-que-a-escalada-de-precos-preocupa.ghtml>. Acesso em: 02 ago. 2021.

parcela da população brasileira. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA do mês de agosto apresentou uma elevação de 0,9%, número recorde para o mês desde o ano 2000. Ademais, o IPCA já acumula uma alta nos últimos doze meses de 9,7%, valor acima da meta de inflação do ano (3,75%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)⁹⁰.

Por conseguinte, a inflação aumentou os custos essenciais das famílias brasileiras, o que pode ser observado nos dados acumulados dos últimos doze meses em áreas como: Alimentação e Bebidas, Transportes, e Habitação. Alimentação e bebidas obteve uma alta de 13,9%, sendo puxada principalmente pelo aumento das carnes (30,8%); do arroz (32,9%); do macarrão (12,6%); do tomate (31,4%) e do pepino (59,3%). Além disso, o grupo dos Transportes apresentou alta de 16,6%, influenciada principalmente pela alta de 41,3% nos combustíveis, o que proporcionou uma elevação nos índices do transporte público (3,8%) e transportes por aplicativo (6%). Da mesma forma, a Habitação apresentou uma alta de 11,6%, influenciada principalmente pelo aumento da energia elétrica residencial (21,1%); do gás de botijão (31,7%) e do gás encanado (19%)⁹¹. Assim, visando suprir suas necessidades, as famílias gastam parte significativa de seu orçamento em suprimentos básicos, ocasionando a criação de novas dívidas. Isso pode ser observado nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgada pelo IBGE: as famílias de até dois salários mínimos gastavam

aproximadamente 61% do orçamento com habitação e alimentos⁹².

É compreensível - porém, lamentável - uma possível tentativa de imputar a culpa pela dificuldade do controle de gastos às famílias trabalhadoras, haja vista a desconformidade entre o ritmo do reajuste de preços, por um lado, e o de salários, por outro. Esse descompasso é evidenciado pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que divulga mensalmente a comparação entre o salário nominal (aquele que os trabalhadores recebem) e o que seria o necessário, ou seja, aquele que seria o ideal para se assegurar a qualidade de vida da população. No mês de agosto de 2021, enquanto o salário nominal permaneceu em R\$1.100, o salário para suprir as necessidades básicas teria de ser R\$5.495. Isso nos leva a questionar como as famílias de menores rendimentos conseguiriam alocar todos os seus gastos com uma renda que tem se mostrado claramente abaixo do necessário.

Ao comparar o salário mínimo atual com o valor da cesta básica, há um nítido contraste e desalinhamento. O preço da cesta básica vem crescendo mais que o ajuste promovido no salário mínimo. Foi constatado um aumento em quinze das dezessete capitais pesquisadas pelo Dieese⁹³ na comparação entre julho e junho de 2021. A cesta mais cara do país no mês de junho foi a de Florianópolis, capital de Santa Catarina, onde custava aproximadamente R\$645, mais de 50% do valor disposto pelo salário mínimo. Sabe-se que não é apenas a despesa com alimentação que tem sido integrada às contas e às dívidas. Gastos com

⁹⁰Andreia Verdélio. EBC. **Mercado financeiro eleva projeção da inflação para 6,79%**. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/mercado-financeiro-eleva-projecao-da-inflacao-para-679#>>. Acesso em: 19. set. 2021.

⁹¹IBGE. Tabela 7060 - IPCA - Variação mensal, acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso mensal, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços (a partir de jan. 2020). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#n1/all/n7/all/n6/all/v/69/p/202108/c315/all/d/v69%2021/l/p+t+v.c315/resultado>>. Acesso em: 19. set. 2021.

⁹²Diana Souza. IBGE **Famílias com até 2 salários gastam 61% do orçamento com alimentos e habitação**. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25606-familias-com-ate-dois-salarios-gastam-61-d-o-orcamento-com-alimentos-e-habitacao>>. Acesso em: 19. set. 2021.

⁹³Glaucia Alves. FDR.. **Ranking com a cesta básica mais barata e mais cara do Brasil**. FDR, 2021. Disponível em: <<https://fdr.com.br/2021/07/12/ranking-com-cesta-basica-mais-barata-e-mais-cara-do-brasil/>>. Acesso em: 05. set. 2021.

aluguel e residência, água, energia, gás de cozinha, transporte, e outros, também compreendem os gastos financeiros familiares. Ainda que o auxílio emergencial do governo federal e os programas estaduais de distribuição de renda atenuassem a situação, nenhum desses reduz a gravidade da realidade enfrentada pelos brasileiros.

Com o fim do auxílio emergencial e o atraso no calendário de vacinação, as famílias de menor renda precisarão adotar maior rigor na organização do orçamento. Essa conjuntura faz o crédito ter um papel ainda mais importante na recomposição da renda. “É preciso seguir ampliando o acesso aos recursos com custos mais baixos, mas também alongar os prazos de pagamento das dívidas para manter a inadimplência sob controle”, disse Izis Ferreira, economista responsável pela pesquisa da CNC.

⁹⁴ Na visão de Fábio Bentes, economista-sênior da CNC, a retirada do benefício no início de 2021, mesmo que a disseminação da Covid-19 estivesse se arrefecendo, pressionou a renda das famílias: “O certo, talvez, seria ter feito um auxílio um pouco menor no ano passado, mas que não fosse interrompido abruptamente no começo deste ano”. Além disso, Bentes complementa: “Sem o auxílio, o endividamento das famílias, que já estava num nível recorde em dezembro, voltou a crescer, ultrapassando os 30% (de comprometimento da renda)”⁹⁵, ou seja, a cada R\$100, aproximadamente R\$30 são destinados ao pagamento de contas.

Outro fator preponderante para a elevação do endividamento familiar no país foi a precariedade no mercado de trabalho observada em 2021. Nesse contexto, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, no segundo trimestre de 2021, a população desocupada brasileira se elevou para um total de 14,1% ⁹⁶, o que equivale a cerca de 14,4 milhões de trabalhadores, além da informalidade, que alcançou cerca de 34,7 milhões de pessoas⁹⁷, dado que engloba trabalhadores sem carteira assinada, pessoas que trabalham por conta própria sem CNPJ e pessoas que auxiliam no trabalho de membros de sua família. Além do desemprego e da informalidade, o rendimento médio real da população empregada no Brasil também apresentou retração. Assim, no segundo trimestre de 2021, alcançou o valor de R\$2.515, uma redução de R\$178 em comparação com o segundo trimestre de 2020⁹⁸.

Ainda de acordo com a análise do relatório “Um retrato recente do endividamento dos consumidores: O que ele expõe?”, impactados com a elevação da inflação e do desemprego, as famílias de baixa renda foram obrigadas a utilizar o cartão de crédito como forma de adquirir bens essenciais para a sua sobrevivência, como produtos alimentícios e higiênicos e, por consequência, contraíram mais dívidas. Assim, o endividamento por cartão de crédito no país alcançou um patamar de 83,6%, maior valor da série histórica iniciada em 2010. À vista disso, o endividamento alcançado em agosto de 2021 pode agravar o cenário da economia brasileira e as perspectivas para a retomada econômica no pós-pandemia, visto que foi superior em 4,2 pontos percentuais (p.p) ao mês de dezembro de 2020, e superior 5,8 p.p em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ademais, outras modalidades de dívidas também obtiveram alta,

⁹⁴Correio Braziliense. **Endividamento das famílias**. 2012. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2021/03/4909550-en-dividamento-das-familias.html>>. Acesso em: 03. set. 2021.

⁹⁵Felipe Mendes. **Veja. Com endividamento crescente, auxílio emergencial irá para pagar contas**. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/com-endividamento-crescente-auxilio-emergencial-ira-menos-para-o-consumo/>>. Acesso em: 03. set. 2021.

⁹⁶IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2021**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_20_21_2tri.pdf>. Acesso em: 04. set. 2021.

⁹⁷Vitor Abdala. **EBC. Taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe para 40%, diz IBGE**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>>. Acesso em: 01. set. 2021.

⁹⁸ Idem. *ibidem*.

como por exemplo o crédito pessoal, que alcançou o valor de 9,5%, um aumento de 1,9 p.p em comparação com novembro de 2020; e os carnês, que registraram o valor de 18,2%, uma elevação de 1,4 p.p, em comparação com janeiro de 2021⁹⁹.

Desse modo, com o endividamento crescente do cartão de crédito, grande parcela da população brasileira se torna dependente dos bancos, o que pode ser observado pelos dados do Banco Central, no qual o endividamento familiar com o Sistema Financeiro Nacional atingiu o valor, em abril de 2021, de 58,5%¹⁰⁰. Enquanto as famílias mais dependentes do sistema bancário ficaram fragilizadas, os bancos, com as suas altas taxas de juros, aumentaram seus lucros. Assim, em 2021, apesar de grande parcela da população brasileira sofrer com o impacto da crise econômica vigente, os lucros somados de Bradesco, Banco do Brasil, Itaú e Santander, no segundo trimestre de 2021, apresentaram uma alta de 63,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$22,1 bilhões¹⁰¹. O questionamento então passa a ser a possibilidade, mesmo diante da delicada realidade, dos juros tornarem-se um mecanismo perverso de transferência de renda das famílias de trabalhadores mais pobres para os banqueiros, ou seja, o já abastado sistema financeiro; uma transferência de renda do pobre para o rico.

Como vemos, devido a uma série de fatores anteriormente citados, que muitas vezes ultrapassam o âmbito individual acerca da administração de suas contas, grande parte dos

brasileiros passam a se endividar, se submetendo aos bancos e à elevação de juros na economia. Não há dúvidas de que considerar a prorrogação de prazo e de renegociação de empréstimos pessoais, financiamentos imobiliários, veículos e etc. são importante para reduzir os impactos da pandemia, e os bancos e as corretoras estão buscando atender à essa necessidade - visto que já começam a perceber novas e contínuas dificuldades dos clientes neste momento grave de pandemia¹⁰². Porém, as modalidades de cartão de crédito e cheque especial representam as despesas ordinárias de diversas famílias, e a impossibilidade de pagamento ou prorrogação de prazo pode acarretar o aumento do superendividamento da população.

Portanto, com as precariedades do mercado de trabalho e a elevação da inflação - principais promotores do endividamento familiar - a retomada econômica fica arruinada, visto que o aumento do endividamento prejudica o principal motor da economia brasileira, de acordo com a ótica demanda, o consumo das famílias, que no ano de 2020 representou 62,7% da composição do PIB brasileiro¹⁰³. Ademais, como agravante, de acordo com os dados do Serasa, cerca de 62 milhões de brasileiros têm o nome negativado, o que impossibilita o acesso ao crédito a uma grande parcela da população, e por ser a válvula de escape em momentos instáveis, conseqüentemente, diminui o consumo das famílias em território nacional¹⁰⁴. Assim, torna-se ainda mais importante o cuidado para que as dívidas e as inadimplências não se tornem uma “bola de

⁹⁹Portal do Comércio. **Série Histórica PEIC**. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-julho-de-2021-especial/372034>>. Acesso em: 02. ago. 2021.

¹⁰⁰Infomoney. **Endividamento das famílias bate novo recorde, a 58,5%, segundo Banco Central**. 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-a-585-segundo-banco-central/>>. Acesso em: 02. ago. 2021.

¹⁰¹Douglas Rodrigues. **Poder360. Lucro dos grandes bancos sobe 64% no 2º trimestre de 2021**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/lucro-dos-grandes-bancos-sobe-64-no-2o-trimestre-de-2021/>>. Acesso em: 19. set. 2021.

¹⁰²Eduardo Rodrigues e Fabrício Castro. **CNN Com a pandemia, bancos devem voltar a ampliar prazo de dívidas**. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-pandemia-bancos-deve-m-voltar-a-ampliar-prazo-de-dividas/>>. Acesso em: 01. set. 2021.

¹⁰³IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes Out.-Dez. 2020**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_4tri.pdf>. Acesso em: 01. set. 2021.

¹⁰⁴MACIEL, Camila Maciel. EBC.. **Mapa da Inadimplência aponta mais de 62 milhões de endividados**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/mapa-da-inadimplencia-aponta-mais-de-62-milhoes-de-endividados>>. Acesso em: 19. set. 2021.

neve”. Pode-se dizer que o controle das dívidas a níveis sustentáveis perpassa por uma maior capacitação das famílias em temas como a educação financeira. No entanto, é difícil pensar no planejamento familiar com o cenário econômico brasileiro extremamente caótico, marcado por uma economia com tendências recessivas, uma pandemia sem controle, impulsionada por uma gestão irresponsável do governo federal, e o apoio do Estado cada vez menor e, em alguns casos, ausente.